

TCU ADIA DECISÃO SOBRE ARRENDAMENTOS PORTUÁRIOS

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu adiar a decisão sobre as concessões portuárias, que estava programada para acontecer ontem, durante sessão plenária do órgão. O processo é relatado pelo ministro Aroldo Cedraz, que o retirou de pauta após a decisão da presidente Dilma Rousseff de trocar o comando da Secretaria de Portos (SEP).

O processo envolve editais de licitações para o arrendamento de terminais portuários em Santos e no estado do Pará, nos portos de Belém, Santarém, Vila do Conde, Outeiro e Miramar. A SEP pediu reexame da decisão do TCU, que apontou irregularidades no valor de R\$ 450 milhões.

A pasta protestou contra essa decisão, na qual o TCU determinou um novo estudo sobre investimentos, para que os valores se aproximassem da "realidade".

De acordo com o TCU, em virtude de tratativas e dos ajustes já apontados pelo órgão, o projeto foi redimensionado, o que gerou economia de R\$ 139 milhões. Além disso, calcula-se que o cumprimento das determinações formuladas pelo Tribunal ocasione a redução de outros R\$ 311 milhões em gastos, o que totaliza, assim, R\$ 450 milhões de benefícios .

A troca do comando da SEP foi o motivo apontado para o adiamento da decisão do TCU. O novo ministro da pasta será César Borges, que até ontem estava no comando do Ministério dos Transportes.

Impropriedades

Em decisão anterior, o TCU verificou que as concessões portuárias continham uma "série de impropriedades". Ausência de tarifas-teto para modernização dos portos, falta de detalhamento nos projetos de engenharia, superavaliação de investimentos e parâmetros de desempenho mal definidos estavam entre os apontamentos do órgão.

Por isso, o TCU encaminhou 19 recomendações à SEP. Há duas semanas, a ministra Ana Arraes acatou 15 respostas apresentadas pelo Governo. Entre as pendências, havia a definição de uma tarifa-teto para todos os arrendamentos, o que poderia engessar a gestão dos terminais.

Mas os quatro itens questionados foram alvo de recurso por parte da pasta de Portos. Esse novo processo foi separado do conjunto e ficou nas mãos do ministro Aroldo Cedraz. Enquanto o caso não for avaliado pelo plenário, as licitações permanecem travadas. A previsão é de que ele entre pauta da sessão do TCU da próxima quarta-feira.

Investimentos

As concessões à iniciativa privada têm investimentos estimados em R\$ 5,2 bilhões. Esta é a principal meta do Governo Federal após a promulgação da Lei nº 12.815, a nova Lei dos Portos.

O TCU determinou o aperfeiçoamento dos editais para que os contratos fossem mais "equilibrados e vantajosos aos usuários finais dos serviços portuários, à administração pública e a toda a sociedade brasileira".

Fonte: A Tribuna

